

Roland Corbisier entra no PCdoB

O professor Roland Corbisier (foto), um dos mais importantes filósofos brasileiros, filiou-se ao PCdoB. Para ele, "um oásis do marxismo-leninismo". Corbisier dirigiu o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

PÁGINA 11

COLLOR ACABOU

A decisão do STF tirou todas as condições políticas e morais para Collor continuar. A Câmara já discute e vota o impeachment. É uma grande vitória do povo nas ruas, que permanece alerta e mobilizado para que o novo Governo de Itamar Franco defenda os interesses nacionais e rompa com a política neoliberal.

PÁGINAS 5, 6, 7 e EDITORIAL, PÁGINA 3

ELEIÇÕES

Boca de urna pode garantir vitória popular

PÁGINA 4

MAASTRICHT França dá Sim envergonhado à Europa rica

PÁGINA 9

DENÚNCIA

Perseguições políticas contra família Hoxha

PÁGINA 10

Impeachment dá prêmio para humorista



Com a charge "Puxa, que honra! Votei no Senhor" (acima), o cartunista Osvaldo Paveneli Jr.,

ganhou uma menção honrosa no 19º Salão Internacional de Humor de Piracicaba, São Paulo. Concor-

reram cartunistas de 42 países e o primeiro prêmio ficou com Luc Descheemaeker, da Bélgica.

CARTAS

A pílula dourada

Está sendo distribuído largamente em todas as fábricas o chamado "livro do trabalhador", feito sob encomenda e assinado pelo sr. Mário Amato, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Sob o pretexto de informar os trabalhadores sobre os serviços prestados pelo SESI e SENAI, a Fiesp tenta fazer a classe operária engolir a pílula cujo conteúdo são as idéias que a burguesia deseja incutir na mente dos trabalhadores, tais como "não fazer greves políticas", a "eficiência da economia de mercado" e principalmente a idéia de que o capitalismo moderno evoluiu para um sistema onde operários e patrões são parceiros dentro da empresa; têm objetivos comuns e que a luta de classes não tem mais sentido, acabou o conflito entre o capital e o trabalho; é só trabalhar direitinho que o operário progredirá com seu patrão, seu futuro está garantido.

Ora! toda parceria, além do esforço conjunto, exige a lealdade entre os parceiros, mas, qual é a lealdade do burguês com seu "parceiro" operário?

Enquanto o burguês saca milhões de cruzeiros para manter uma vida luxuosa e sofisticada, o operário recebe um míngua salário que não dá nem mesmo para a nutrição que seu esforço físico exige. Enquanto o burguês mora em mansões, em condomínios fechados, protegido por um eficiente sistema de segurança, o operário mora, em sua maioria, em favelas e barracos sem a menor segurança, sujeito diariamente a assaltos e violências. Enquanto o burguês cuida de sua saúde com médicos-professores de larga experiência, contando com os mais modernos equipamentos médicos, os operários são atendidos por médicos-alunos em precárias instalações do INPS, após esperarem horas e horas nas filas, muitas vezes feridos e febris. Enquanto o burguês sai de férias de vários meses em cruzeiros turísticos nas mais belas regiões do planeta, o operário é obrigado a fazer "bicos" em suas férias, senão vai passar fome ao voltar ao trabalho. Enquanto o burguês enfrenta as crises geradas pelas contradições da eficiente "economia de mercado" comendo caviar, o operário perde o emprego e fica ao "Deus dará" e, de seu parceiro burguês não recebe nenhum gesto de solidariedade. A lealdade que deveria existir entre parceiros é substituída pela fria declaração dos patrões de que enfrentou a crise enxugando os quadros operacionais da empresa. Termina aí a parceria dos burgueses com os operários.

Mário Silvério Dias
Paulínia - SP

Defender nossa bandeira

Temos de acabar com a política dos banqueiros, empresários e latifundiários "testas de ferro" e, portanto, temos de lutar para garantir a renúncia ou impedimento de Fernando Collor e a posse de Itamar Franco com respaldo do campo popular e progressista. Por isto, torno a insistir, não mais pretendo pôr fé em candidatos majoritários se vacilantes e faltos de apoio e entusiasmo popular.

Sei que não basta o reconhecimento popular para que um homem público seja comunista ou popular-democrático. E, como conclusão, quero reforçar que não basta fazer política, é preciso defender nossas bandeiras, as bandeiras do PCdoB.

Samuel Hendrich
Rio de Janeiro - RJ

"Chama" comunista

Estou enviando esta carta para ratificar meu pedido de assinatura do jornal, bem como meu ingresso no PCdoB, pois, vejo que a "chama" comunista ainda está muito acesa.

Certo de ser bem recebido e teremos uma grande luta por diante, subscrevo-me,

Carlos Avalone Wolff
Campo Bom - RS

Pano Avermelhado

Já vi crianças nas calçadas tremendo de frio
Já vi greves por causa de mau salário
Já vi um burguês roubando um trabalhador
Já vi aposentados sendo escravizados
Cadê a justiça deste país
Apesar de não fazer nada pelo pobre sofredor
É por isso que digo, é por isso que grito, é por isso que luto
Vamos fazer um novo amanhecer
Vamos nos organizar, vamos à luta, vamos vencer
Segura esta bandeira proletário, segura forte
Pois dela depende o seu viver
Porque nesse pedaço de pano avermelhado
Contém a justiça, liberdade, igualdade, dignidade,
Também educação, mais emprego, mais saúde e tua felicidade
Levanta bem alta, pois sei que está pesada
Tenha fé, carinho, amor, fraternidade, que tem um povo ao seu lado
Vamos fazer a tal REVOLUÇÃO
Mas não com a guerra, sim com uma bomba atômica,
Explodindo as idéias do povo desta Terra
Então com luta conquistaremos o SOCIALISMO
Sepultaremos de vez o capitalismo
Dando uma vida melhor para o povo
E construiremos um mundo novo
Vamos nos unir para cortar a árvore da podridão
Vamos nos organizar, seres viventes

deste solo avermelhado
Saiba que este pedaço de pano avermelhado também é seu
Vem conosco amigos
CAMARADAS, simpatizantes do PCdoB

Antonio Brasileiro
São Miguel - SP

Comunas

As coisas vão mudar antes da Terra derreter a terra de qualquer lugar arderá
Depois de Paris
Muitas comunas a humanidade fará quantas forem necessárias para o triunfo da verdade da justiça, da igualdade
tivemos muitas lutas teremos muitas lutas!
tivemos tempos terríveis teremos tempos terríveis!
fomos massacrados! seremos massacrados!
mas sempre houve e haverá comunistas!
com uma leveza humana transpassando a barreira do tempo como o vento em todo lugar em todos os tempos e da próxima vez haverá próxima vez!
seremos mais atentos seremos mais guerreiros seremos implacáveis com os inimigos do socialismo

Antonio Fernando
São Paulo - SP

A geração do presente

O momento é grande, largo feito a Praça da Sé em dia de luta.
O presente é largo e não nos larga os punhos por mais que o neguemos tempo e necessário.
Temos desejos a cumprir. Desejos de uma história que se impõe determinada ante nossos olhos incrédulos e cheios de tanta esperança.
Somos a geração do genocídio da primavera e do verde sumo do açúcar.
A geração do desespero de outras gerações feitas de medos e igual esperança acalentada.
Mas somos, acima de tudo, a geração do presente! (não na condição de gerados, mas de geradores.)
Não nos é ofertado cantar o futuro, que este se canta tramando esse hoje guerrilheiro, resistente como as nações aborígenes de nossos avós.
Vamos, pois, ao presente!
E que ele nos devore em seu afã de fazer-se amanhã diverso e inadiável!

Elder Vieira
Campinas - SP

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas
Editora: Ana Maria Rocha
Redação: Diemando Toni, Jefferson Barros

Colaboradores: Altamiro Borges, Antonio Carlos Quelroz, Bernardo Joffily, Carlos H. Vasconcelos, Carlos Pompe, Gulomar Prates, José Reinaldo Carvalho, Juarez Tadeu, Moacyr de Oliveira Filho, Olívia Rangel, Pedro Augusto Pereira, Pedro Oliveira, Umberto Martins - Projeto Gráfico: Auracébio e Equipe - Diagramação: José Luis Munuera Reyes

Composição e Arte Final Computar - Fone: (011) 36-0412 - Fotolito: Enfocke Impressão: Gazeta da Lapa Administração: Vera Lúcia Lopes da Silva - Arquivo: Leandro Schillpake - Secretária: Sílvia Regina Lopes Publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP Fone: (011) 34-4140 - FAX: (011) 36-9786

Sedes Regionais do PCdoB

ACRE - Rio Branco - R. Rio Grande do Sul, 85 - (068) 224-7329 - ALAGOAS - Maceló - Ladeira do Brito, 72 - Centro - (082) 221-4834/221-4728 - AMAZONAS - Manaus - R. Luiz Antony, 762 - Centro - (092) 233-7717 - AMAPÁ - Macapá - Av. Feliciano Coelho, 882 - Bairro do Trem - BAHIA - Salvador - R. Junqueira Ayres, 41 - Barris - (071) 321-8420/321-6622 - CEARÁ - Fortaleza - R. São Paulo, 1.037 - Centro - (085) 221-4090 - DF - Brasília - HIGS Bloco G Casa 87 - (061) 225-8202/225-3933 - ESPÍRITO SANTO - Vitória - R. Prof. Baltazar, 152 - Centro - (027) 222-8162 - GOIÁS - Goiânia - Alameda Botafogo, 427 - Centro - (062) 223-5571 - MARANHÃO - São Luiz - R. Viana Vaz, 110 - Centro - (098) 221-1312 - MINAS GERAIS - Belo Horizonte - R. Padre Belchior, 285 - Centro - (031) 222-3161 e 173-1519 - MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande - Rua 13 de Maio, 3.853 - Casa 1 - Centro - CEP 79100 - (067) 721-1390 - MATO GROSSO - Cuiabá - R. Comandante Costa, 548 - Centro - (065) 321-5095 - PARÁ - Belém - R. 3 de Maio, 1.834 - Centro - (091) 229-5200 - PARAÍBA - João Pessoa - R. Pedro II, 932 - Centro - (083) 221-8325 - PERNAMBUCO - Recife - R. Afonso Pena, 233 - Boa Vista - (081) 231-2038 - PIAUÍ - Teresina - R. Desembargador Freitas, 1.216 - Centro - (086) 221-1162 - PARANÁ - Curitiba - R. Voluntários da Pátria, 92 - Conj. 212 - 3º andar - Centro - (041) 223-5920 - RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro - R. 13 de Maio, 33 - 16º andar - Conj. 1601 - Centro - (021) 240-5286/220-1366 - RIO GRANDE DO NORTE - Natal - Praça Kennedy - R. Vaz Godin, 86 - Centro - (084) 222-6323 - RONDÔNIA - Porto Velho - R. Tenreiro Aranha, 2.122 - Centro - (069) 222-4242 - RORAIMA - Boa Vista - Avenida Capitão Júlio Bezerra, 953 - São Francisco - (095) 224-1870 - RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre - R. Dr. Vale, 142 - Floresta - (0512) 229-4173 - SANTA CATARINA - Florianópolis - Avenida Mauro Ramos, 475 - Centro - (0482) 24-1927 - SERGIPE - Aracaju - R. Lagarto, 890 - Centro - (079) 224-8664 - SÃO PAULO - São Paulo - R. Condessa de São Joaquim, 272 - Liberdade - (011) 277-3322 - TOCANTINS - Gurupi - Avenida Goiás, 1962b - Centro. NOVO FAX: (011) 36-0412

ASSINE

A Classe Operária

Recorte e envie com cheque para Empresa Jornalística A Classe Operária Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista São Paulo - CEP 01318-020 Trimestral: Cr\$ 24.000,00 Semestral: Cr\$ 48.000,00 Anual: Cr\$ 96.000,00 Para Exterior: US\$ 90 - Anual

Nome: _____

Endereço: _____

SEP: _____

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício de Almeida
Fone: (011) 34-4140
Fax: 36-0412

Opinião

Exigências
inaceitáveis

DILERMANDO TONI

Como se nada estivesse acontecendo no Brasil, o ainda ministro Marcílio Marques Moreira firmou, na semana passada, em Washington, capital dos Estados Unidos, um contrato sobre a reestruturação (therm sheet) de US\$44 bilhões, parte da dívida que o Brasil tem para com os bancos comerciais internacionais. O documento dá prosseguimento aos entendimentos preliminares que foram feitos em julho passado (ver Classe Operária nº 82).

Agora, a minuta do contrato será submetida ao Senado Federal. Caso seja aprovada, passa às mãos dos mais de seiscientos bancos e quatrocentos investidores aos quais o país deve. Só com a adesão de 95% deles é que a dívida atual poderá ser trocada pelos bônus novos. A previsão é de que todo esse processo demore até fins de 1993.

Em janeiro deste ano, o Brasil enviou mais uma carta de intenções ao FMI. Nella foram estabelecidas metas para toda a economia brasileira e estipulada a política de "reformas estruturais". Acontece que o FMI condiciona o seu apoio ao acordo da dívida - que inclui a liberação de recursos para a garantia dos bônus novos - ao cumprimento rigoroso das intenções da carta de janeiro. Mas acontece também que, devido à crise política e ao "é dando que se recebe" adotado por Collor para permanecer no poder, as metas não vêm sendo cumpridas pelo governo brasileiro. Daí então as dificuldades reais para a aprovação do acordo da dívida externa que vão muito além da retórica de Michel Candessus, presidente do Fundo.

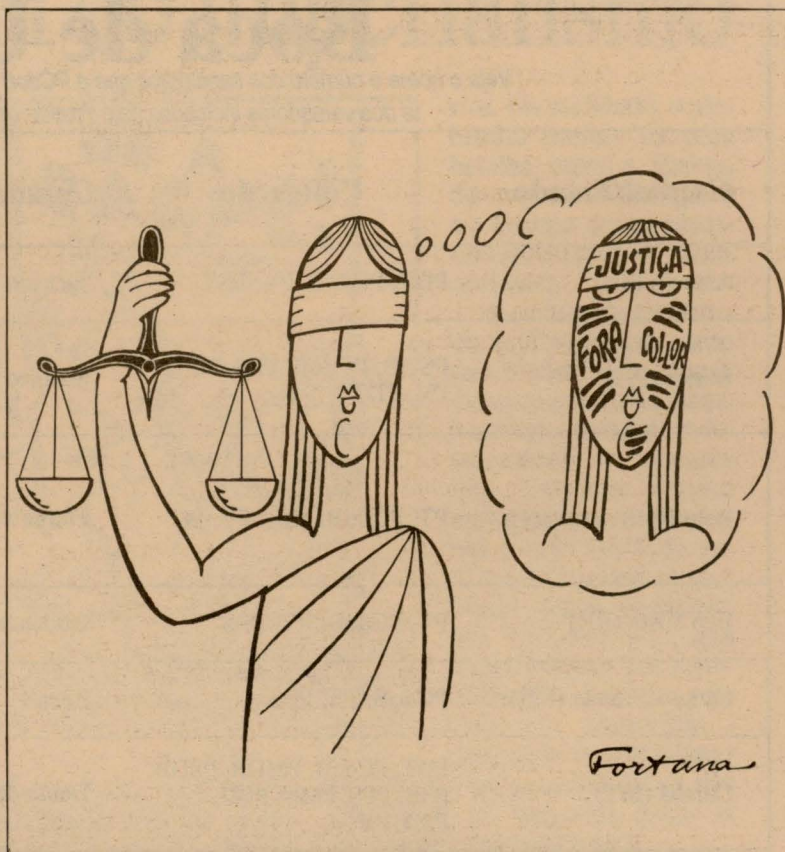
Na realidade, há uma grande insegurança por parte da chamada comunidade financeira internacional sobre o que pode acontecer no futuro governo de Itamar Franco, sobretudo quanto a "dificuldades" que possam ser criadas ao atual processo de privatizações - doações - das empresas estatais estratégicas. Prevendo esse desdobramento, o governo Collor resolveu se adiantar e marcou para dezembro próximo a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN.

Em Washington, Marcílio resolveu dar mais uma prova de seu alinhamento incondicional aos representantes da "comunidade" declarando que o aval do FMI dependeria da aprovação pelo Congresso Nacional do projeto de reforma fiscal do governo.

Resumindo a essência do acordo, o jornal ultra-conservador O Estado de São Paulo alinhavou, em editorial no último dia 22: "A renegociação (da dívida) foi apenas parte de uma ampla política de ajuste econômico. Isto não é pormenor secundário, mas o núcleo do problema".

A conclusão que deve ser reafirmada mais uma vez é que o imperialismo usa o problema da dívida e as supostas vantagens que o novo acordo traria ao Brasil como uma forma de pressão inaceitável para colocar o país num novo estágio de relação com a oligarquia financeira internacional, um modelo muito mais dependente ("integrado") do que o atual. Nessas circunstâncias, a soberania nacional - colocada pela propaganda capitalista neoliberal como "ultrapassado nacionalismo" - se transforma em letra morta.

O acerto da dívida externa está ficando mais difícil; são motivos políticos e econômicos



Golpe de misericórdia

Enquanto o povo e os opositores democratas comemoravam nas ruas, em frente aos televisores, a vitória que resultou da força das mobilizações, Collor aparecia derrotado e acuado com o golpe mortal do Supremo Tribunal Federal: a decisão pelo voto aberto e manutenção do prazo de votação do impeachment definido pela Câmara dos Deputados. Para completar, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal decidiu suspender todas as liberações de verbas da Fundação do Banco do Brasil, visando barrar o "é dando que se recebe". Collor está, portanto, de pés e mãos amarrados diante do precipício que ele próprio cavou. Mas, se as cordas não forem tensionadas, seu fôlego ainda pode se prolongar, aumentando também a agonia de um povo que não suporta mais tal "governante".

Agora, depois da apreciação, na Comissão Especial, do Parecer do relator Nelson Jobim, que é favorável ao processo contra Collor, será a vez da votação na Câmara dos Deputados. O golpe de misericórdia em Collor está mais próximo do que nunca. A expressão dos manifestantes em Brasília de que "Agora é cadeia" reflete a indignação do povo brasileiro com o presidente mais corrupto que a nação já conheceu.

O desfecho da batalha do Fora Collor exige a continuidade da pressão popular até o dia da votação e pela garantia da posse do novo governo. Muitas ações nas ruas ainda serão necessárias para que o novo presidente assumira a defesa dos interesses nacionais e rompa com a política neoliberal, retrato do ex-presidente corrupto e da miséria do povo. Só as mobilizações poderão impedir que surtam efeito os últimos movimentos de Collor, que procurará impedir as votações, no plenário da Câmara, ou qualquer outra medida de desespero.

Não há dúvida que a decisão do STF, mais o crescente número de votantes contra Collor fortalecem os opositores, aumenta a esperança num desfecho da crise favorável à democracia e aos trabalhadores.

Por outro lado, a votação do impeachment antes de 3 de outubro terá seus reflexos nas eleições municipais. As urnas poderão assestar mais um golpe nos direitistas colpidos e em seus projetos de corrupção, miséria e de fome para o povo.

Por isso, foi feita toda uma investida visando adiar a votação do impeachment para depois das eleições do dia 3 de outubro.

A pressão popular e opositora foi mais forte e venceu.

Vilões e vilanias

ALDO REBELO

Líder do PCdoB na Câmara Federal

Basílio Villani, diretor do Bamerindus e deputado federal do PDS do Paraná, viveu os seus quinze minutos de fama no domingo passado, quando a "Folha de São Paulo" publicou declarações suas sobre os métodos fisiológicos utilizados pelo "esquadrão da morte" de Fernando Collor. Villani, na condição de vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados, revelou que parlamentares dispostos a votar contra o impeachment o procuraram para pedir favores. E que ele, mesmo "com nojo", liga para ministros e o presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho, intermediando os pedidos. "Se isso é pecado, eu cometo. Mas o poder é isso", afirmou despidoradamente o vice-líder do Governo.

Assim são cometidas as vilanias dos amigos de Collor, capazes de tudo para mantê-lo no poder. Os jornais do final de semana publicaram detalhes impressionantes da causa do "é dando que se recebe". Alguns exemplos:

- O ministro da Educação, Eraldo Tinoco, ordenou a conclusão de 101 escolas agrícolas de primeiro grau em todos os Estados e mais 11 escolas agrotécnicas e 23 industriais, a maioria na Bahia e no Paraná, para atender aos pedidos dos deputados do PDS, PRN e PFL dispostos a votar contra o impeachment;

Os escândalos se avolumam, gerando reações importantes, na Justiça e na opinião pública estarrecida

- O presidente Collor prometeu vetar o projeto de reforma agrária em troca do apoio dos deputados ligados à UDR. O projeto, de autoria do senador Pedro Simon, dá poderes aos governos estaduais para desapropriar terras para fins de reforma agrária.

- "A Caixa Econômica Federal, dirigida por outro membro do "esquadrão da morte", Álvaro Mendonça, mantém um cadastro de pleitos de parlamentares (Cadplei) para convencê-los a votar contra o impeachment. São 1.084 pedidos de 252 parlamentares;

- A Fundação Banco do Brasil distribuiu Cr\$133 bilhões nos nove primeiros meses deste ano, valor quatro vezes maior do que o gasto no ano passado. A verba, repartida a fundo perdido, tem sido usada para atender, principalmente, à sanha fisiológica dos parlamentares ligados ao governo.

Os escândalos, como se vê, se avolumam, gerando reações importantes, na Justiça e na opinião pública. Os representantes dos trabalhadores no Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, por exemplo, estão acionando o presidente da Caixa Econômica, Álvaro Mendonça, sob a acusação de que ele está desviando os recursos do Fundo. A Procuradoria Geral da República vai abrir inquérito também contra Mendonça porque a Caixa está emprestando recursos a empresas da construção civil com taxas de juros subsidiadas de 15%, depois de captá-los no mercado a mais de 30%.

Apenas o caminho do impeachment de Fernando Collor, seguido da punição exemplar de todos os corruptos e corruptores envolvidos com ele, porá cobro ao lodagal em que a República está imersa. E só assim o Estado recuperará o mínimo de confiança da população. Os vilões precisam ir para a cadeia e a vilania deixar de ser um modo de governar em nosso País.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ELEIÇÕES

Ventos favoráveis
à oposição popularWALTER SORRENTINO
Presidente do PCdoB-SP

Numa visão de conjunto, tivemos, até agosto, uma campanha relativamente fria e despolitizada. Com as crescentes manifestações de massa contra Collor, entretanto, tornou-se imperativo político a ligação das eleições com o quadro nacional. Em São Paulo, tardaram a se manifestar, mas hoje são claros os sinais dessa tendência. Maluf cai nos índices, onde procurou se sustentar com pretensa bandeira anti-Collor. O desmascaramento da farsa comprometeu irreversivelmente sua estratégia eleitoral de vencer no 1º turno. Aloysio, acusando a precária sintonia de seu esquema com as exigências de mudanças impregnadas na opinião pública, estagnou nos índices, após uma formidável demonstração de saúde financeira.

Migração de votos

A campanha de Suplicy entra na reta final em claro ascenso, refletido nos grandes comícios que vem realizando. As pesquisas eleitorais confirmam esta tendência e o conclamam como o mais capacitado a derrotar Maluf no segundo turno. A credibilidade de sua trajetória política e a dos partidos que integram a coligação, polarizaram a campanha e garantiram essa posição. A poucos dias do pleito, importantes mudanças podem ocorrer, no sentido de levar Suplicy a superar os índices de Maluf. Está em curso o impacto das mobilizações de massa pelo impeachment de Collor e o clima de comoção política que pode ser criado com a vitória da oposição no Congresso nos próximos dias. Nosso campo, da oposição popular, tende a ser o principal beneficiário com esse curso dos acontecimentos.

Esse quadro encerra desafios nada rotineiros em se tratando da reta final de uma campanha. Amarrar o voto com as cédulas e preparar a boca de urna, são formas comprovadamente eficientes de colher o que semeamos nestes seis meses de campanha. Mas, ao lado disso, não se pode subestimar o movimento político destes últimos dias, que torna mais largas nossas perspectivas eleitorais. O eleitorado está formando sua opinião em meio a um processo de grande alcance e complexidade. Para prefeito, de norte a sul do Brasil, é possível prever grande migração de votos. Para vereador, é massiva ainda a indefinição. Nossa campanha perderia qualidade se se limitasse ao trabalho estreito, num quadro que é particularmente favorável à política consequente do PCdoB. A vitória que almejamos, de uma expressiva bancada de vereadores, depende de firmar mais que nunca a marca de luta contra Collor e sua política antipopular e antinacional; destacar a presença do PCdoB e de nossas candidaturas nos grandes comícios que se realizam; impulsionar as candidaturas majoritárias a posições mais avançadas e intensificar a ligação de nossas candidaturas com esse ascenso.

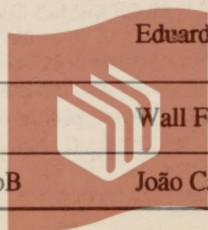
O PCdoB está a cavaleiro para alcançar expressiva vitória. Hoje como sempre, isso está nas mãos de nossa combativa militância, da consciência e dedicação que nunca nos falhou.

O eleitorado está formando sua opinião em meio a um processo de muita complexidade

Boca de Urna

Veja o nome e número dos candidatos que o PCdoB apóia para Prefeito das capitais e dos vereadores indicados pelo Partido para a vitória nas urnas.

Capital/Estado	Coigação	Candidato a Prefeito	Candidato a vereador PCdoB
Aracaju (SE)	PDT, PCdoB, PV, PST	Jackson Barreto	Edvaldo Nogueira 65666
Belém (PA)	PSDB, PCdoB, PPS, PC, PV, PDT	Socorro Gomes - 65	Moacir Martins 65610 Sandra Batista 65611
Belo Horizonte (MG)	PT, PCdoB, PSB, PV, PC	Patrus Ananias	Sérgio Miranda 65665 Antonio Cosme 65611 Paulo Augusto 65622
Boa Vista (RR)	PT, PCdoB, PV, PPS	Clidenor Andrade	Francilene Rodrigues 65650
Campo Grande (MS)	PCdoB, PT, PPS	Zeca	Jairo 65611
Cuiabá (MT)	PDT, PCdoB, PMDB, PSDB, PSB, PPS, PMN, PDC, PSD, PV	Dante de Oliveira	Otaviano Fontes 65650
Curitiba (PR)	PMDB, PCdoB	Maurício Fruet	Zequinha 65656
Florianópolis (SC)	PDT, PT, PCdoB, PPS, PSB, PSDB, PV	Sérgio Grando	João Ghizoni 65601
Fortaleza (CE)	PDT, PCdoB, PS, PV, PMN	Lúcio Alcântara	Lopes 65611 Lula 65610
Goiânia (GO)	PT, PCdoB, PSB, PSDB, PMN	Darci Acorsi	Aldo Arantes 65650 Olívia Vieira 65620
João Pessoa (PB)	PT, PCdoB, PSB, PPS	Chico Lopes	Renô Macaúbas 65611
Maceió (AL)	PSDB, PMDB, PCdoB	Teotônio Villela Filho	Eduardo Bonfim 65611
Manaus (AM)	PDT, PCdoB, PSB, PT, PPS	Beth Azize	Vanessa Grazziotin 65666 Domingos Salles 65656
Natal (RN)	PCdoB, PSB, PV, PC	Aldo Tinoco Filho	Antenor Roberto 65666
Porto Alegre (RS)	PMDB, PCdoB	César Schirmer	Raul Carrion 65601 Maria do Rosário 65665
Porto Velho (RO)	PDT, PCdoB, PV, PRP, PSC	Ernandes Amorin	Pantera 65665
Recife (PE)	PDT, PSB, PCdoB	Eduardo Acioli Campos	Paulo Dantas 65611
Rio Branco (AC)	PT, PCdoB, PSDB, PV, PPS	Jorge Viana	Marcos Afonso 65655 D. Raimunda 65650
Rio de Janeiro (RJ)	PDT, PCdoB	Cidinha Campos	Edson Santos 65666 Juliano Siqueira 65655
Salvador (BA)	PSDB, PDT, PT, PCdoB, PV, PSB, PPS, PMN	Lídice da Mata	Javier Alfaya 65678 Daniel Almeida 65622
São Luis (MA)	PSB, PCdoB, PDT, PPS	Conceição Andrade	Marcos Kovarick 65610
São Paulo (SP)	PT, PCdoB, PC	Eduardo Suplicy	Vital Nolasco 65651 Ana Martins 65611
Teresina (PI)	PSDB, PCdoB	Wall Ferraz	Maria de Lourdes Rufino 65651
Vitória (ES)	PT, PDT, PSB, PCdoB	João Carlos César	Namy Chequer 65665



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL



ARQUIVO

O Supremo Tribunal Federal decidiu pelo voto aberto e nominal, derrotando o recurso de Collor

STF apressa o fim de Collor

MOACYR DE OLIVEIRA FILHO
de Brasília

Pronto das dez horas da noite da última quarta-feira, o repórter Alexandre Garcia, da TV Globo, preparava-se para entrar ao vivo, da frente do Tribunal Federal, para anunciar, num plantão do "Jornal Nacional", o resultado do julgamento do mandato de segurança impetrado pelo presidente Fernando Collor contra as decisões do presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Pinheiro, sobre a tramitação do processo de impeachment. Cercado por populares, o sisudo repórter global quase teve a sua voz abafada por um coro emocionado: "Agora é cadeia", "Agora é cadeia"...

Depois de se transformarem em figurantes desta reportagem, os populares voltaram assumir o papel principal. Num alegre e eufórico movimento, cantando os já consagrados refrões contra Collor, rodearam, de mãos dadas, o prédio do Supremo e encerraram a cena em volta da estátua da justiça, que ornamenta a entrada do edifício da Suprema Corte do país.

Transmitida ao vivo para todo o país pela maior e mais poderosa rede de televisão, essa imagem é o melhor retrato do sentimento que, a partir daquele momento, tomava conta do país. Dentro do sóbrio edifício do Supremo Tribunal Federal, os seus nove ministros acabavam de realizar uma longa e histórica sessão. Por 8 votos a 1, o Tribunal garantiu o voto aberto na Câmara dos Deputados para autorizar o processo de impeachment contra o presidente Collor (apenas o ministro Moreira Alves, conservador nomeado pelo ex-ditador Ernesto Geisel foi pelo voto secreto), e, por 6 votos a 3 manteve, o rito processual definido pelo presidente da Câmara dos Deputados, garantindo, com isso, que a votação será realizada antes das eleições municipais de 3 de outubro.

Essa decisão do STF representou a pá de cal nas pretensões do governo de protelar a tramitação do processo de impeachment na Câmara dos Deputados. Mais do que isso, ao definir o voto aberto, de acordo com a Constituição e lei nº 1.079, os ministros do Supremo praticamente garantiram a vitória do impeachment. Afinal, pres-

sionados pela opinião pública e pela força das denúncias, dificilmente os deputados deixarão de autorizar o processo contra o presidente da República. A única esperança do governo era o voto secreto.

Do outro lado da Praça do Três Poderes, o Palácio do Planalto, vazio e às escuras, era o símbolo do fim do governo. No outro canto, na sala da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o deputado Gasthane Righi, páfio representante do que ainda resta da tropa de choque governista, ainda tinha coragem de tentar uma trapaça de última hora para tumultuar o processo. Depois de receber o Parecer do deputado Nelson Jobim, relator da Comissão Especial encarregada de examinar a denúncia contra Collor, o desmoralizado governista concedeu vistas ao Parecer pelo prazo de duas sessões, com a nítida intenção de ganhar tempo.

A manobra não surtiu efeito. Na mesma hora, os parlamentares da oposição recorreram da decisão ao Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, que, na mesma noite, decidiu que as vistas iriam até às 15 horas seguinte, quinta-feira, e reafirmou que nesse dia se encerrava o prazo para a Comissão especial proferir seu parecer sobre a denúncia.

Essa cena era, também, o retrato do país. Nas ruas de Brasília, os carros ainda buznavam comemorando a vitória no Supremo. Na sala da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, cercado por deputados favoráveis ao impeachment, o impotente comandante da tropa de choque governista via cair por terra mais uma manobra para tentar adiar a derrota inevitável.

Encerrada a batalha jurídica, com uma acachapante derrota do governo, as atenções voltam-se, agora, para a luta política. Na quinta-feira, a Comissão Especial votou o Parecer do relator, Nelson Jobim, aceitando a denúncia contra Collor por crime de responsabilidade. No momento em que fechávamos essa edição, a previsão era de que seriam convocadas sessões extraordinárias no final de semana para a discussão da matéria pelo plenário da Câmara e que, no máximo, até a próxima quarta-feira, dia 30 de setembro, a autorização para processar o presi-

dente seria votada pelo plenário.

Os governistas ainda ameaçavam lutar com todas as suas armas, inclusive as imorais e ilegais, para obstruir esse calendário, numa desesperada tentativa de evitar que a votação ocorra antes do dia 3 de outubro. Sem argumentos jurídicos convincentes, diminuiu significativamente a margem de manobra da tropa de choque governista. Com a garantia do voto aberto e a manutenção pelo STF do rito processual estabelecido pelo Presidente da Câmara, o governo trabalha com a hipótese de tirar os seus deputados do plenário para evitar que se consiga o quórum de 336 deputados, necessário para aprovar o início do processo de impeachment.

Os cálculos da Comissão Pró-Impeachment indicam que 350 deputados já garantiram votar a favor do processo contra Collor. Depois da decisão do Supremo, a expectativa é de que esse número possa se ampliar ainda mais, garantindo, com folga, a derrota de Collor e a aprovação do início do processo de impeachment.

Essa situação, se de um lado, garante o afastamento de Collor, de outro traz uma preocupação adicional para os setores progressistas. Na medida em que aumentam as defecções no campo governista, aumentam, também, as pressões sobre Itamar Franco para ocupar espaços no novo governo. As classes dominantes, os setores conservadores e as elites políticas e empresariais do país avançam sobre o futuro Presidente com a intenção de arrancar o compromisso de que o projeto neoliberal será mantido na sua essência. O próprio Itamar Franco, aliás, tem dado declarações nesse sentido.

A luta dos setores progressistas deve, portanto, ser travada em dois campos distintos. Um, para garantir a derubada de Collor. Outro, para evitar que o governo Itamar Franco seja uma mera continuidade do antigo governo e seu projeto antinacional e antipopular. Se não se conquistar esses dois objetivos, de muito pouco terá valido essa cruzada contra a corrupção. O problema não é só resgatar a ética na política mas, sim, construir um novo governo capaz de desenvolver um projeto político de caráter popular, nacional e democrático.

BANCADA
COMUNISTAJamil lembra vítimas
de Sabra e Chatila

Os dez anos do massacre de Sabra e Chatila, cidade do sul do Líbano, onde foram chacinados, dia 17 de setembro de 1982, 4.500 palestinos foram lembrados na Assembléia Legislativa de São Paulo pelo líder do PCdoB, deputado Jamil Murad. O deputado comunista, num misto de comovido e estarrecido lembrou que "a esmagadora maioria dos chacinados eram velhos, mulheres e, pasmem, inocentes crianças. As fotos publicadas na imprensa, em todo o planeta, deixou estarrecido mesmo os homens mais insensíveis. Por que matavam os palestinos indefesos? Por que massacraram crianças, velhos e mulheres em um acampamento de refugiados, fora dos territórios palestinos ocupados?". O massacre de Sabra e Chatila é atribuído, por observadores imparciais, inclusive da Cruz Vermelha Internacional, a milicianos do "Exército do Sul do Líbano" (fascista) com a cobertura do Exército de Israel, que ocupa aquela área. O deputado comunista Jamil Murad acrescentou em sua intervenção na Assembléia que o povo palestino continua a lutar pelas suas terras ocupadas na Faixa de Gaza e na Cisjordânia e que, com bom senso e aberto ao diálogo, tem oferecido a troca de "terras pela paz"; mas só a garantia dos legítimos direitos palestinos sobre suas terras será condição de paz duradoura no Oriente Médio.

Haroldo contra leilões

O deputado Haroldo Lima (PCdoB-BA) apresentou projeto na Câmara dos Deputados determinando ao Tribunal de Contas da União uma inspeção extraordinária em todo o Programa Nacional de Desestatização e suspendendo a venda de qualquer estatal brasileira até que esta inspeção seja realizada. A iniciativa do deputado comunista visa apurar as denúncias de corrupção na venda das estatais brasileiras. Haroldo Lima disse que é muito preocupante a decisão do Governo de antecipar os leilões de privatização de importantes estatais como a Acesita e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), inicialmente previstos para 1993.

Aldo quer saber do ouro

O líder do PCdoB na Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (SP), encaminhou requerimento com pedido de informação ao Ministério da Justiça sobre quantas toneladas e valores são avaliados, pela Polícia Federal, no contrabando de ouro do Brasil para o Uruguai nos últimos cinco anos. O líder comunista pede também informações sobre que medidas foram tomadas pela Polícia Federal para coibir o contrabando; quais os resultados concretos destas medidas; quais e contra quem foram instalados inquéritos. Nas investigações da CPI sobre Collor/PC Farias, revelou-se as íntimas relações do principal financiador de Collor, PC Farias, com um notório e grande contrabandista de ouro, o doleiro Najun Turner. Durante as investigações da CPI, o líder comunista Aldo Rebelo esteve no Uruguai acompanhando os trabalhos da subcomissão que investigou, em Montevidéu, a "conexão uruguaia" de Collor.

Namy aprova mais uma lei

A Câmara de Vereadores de Vitória, ES, aprovou o projeto do vereador Namy Chequer (PCdoB), que obriga as agências bancárias da capital capixaba a terem banheiros e bebedouros. Todo o comércio naquela cidade já era obrigado a oferecer estes serviços aos seus clientes, menos os bancos, o que caracteriza uma discriminação. A lei do vereador comunista não beneficia somente aos clientes mas também aos bancários.

CDM
Centro de Documentação e Memórias
Fundação Maurício Grabois

Mais pressão contra Collor

GUIOMAR PRATES

O povo brasileiro continua nas ruas das principais cidades nesta segunda fase de mobilizações pelo impeachment do Presidente da República. A participação de vários governadores e prefeitos nos comícios nacionais ampliou o movimento e deixou Collor ainda mais isolado.

A Boca Maldita, tradicional local de concentrações populares em Curitiba, reuniu mais de 100 mil pessoas no dia 15 de setembro, num ato que contou com a presença do governador Roberto Requião, dos presidentes do PCdoB, João Amazonas, do PSB, Jamil Haddad, do PC, Horácio Macedo, do PST, Álvaro Dias, do PT, Luis Inácio Lula da Silva, e de entidades populares, como CUT e UNE.

O governador do Paraná pautou seu discurso pelo ataque ao projeto neoliberal. "A força dos que vendem o voto é a força do capital estrangeiro. Só isto pode justificar a atitude dos que ficam contra o povo, quando todos pedem o impeachment". Segundo Requião, o liberalismo explorador, além de ser imoral, é superado. Para ele, a modernidade entreguista de Collor de Mello deve ser substituída por uma visão de classe. "Moderno no Brasil é o povo poder comer duas vezes por dia, ter salário decente. É garantir o desenvolvimento de uma indústria nacional, que seja capaz de produzir aquilo que o povo consome". Requião defendeu ainda que o próximo governo deva ser de pacto nacional, em defesa da Pátria, contra o desemprego.

Maior comício

Em São Paulo, no dia 18, 700 mil pessoas participaram do comício no Vale do Anhangabaú, na maior manifestação, já realizada contra Collor de Mello. No palanque, os governadores de São Paulo, Antonio Fleury Filho, do Paraná, Ro-

berto Requião, do Ceará, Ciro Gomes, e o governador da Paraíba. Também estiveram presentes muitos prefeitos, como Marcelo Alencar, do Rio de Janeiro e Luiza Erundina, de São Paulo; os presidentes de vários partidos, como João Amazonas (PCdoB), Lula (PT), Orestes Quercia (PMDB) e Tasso Jereissati (PSDB), além da UNE, UBES, CUT, CNBB, PNBE e SBPC.

Ao mesmo tempo em que o leque dos que desejam ver Collor fora do Planalto se amplia, começam a ser explicitadas as diferentes visões sobre o que deve ser o governo de Itamar Franco. A preparação do comício de São Paulo deixou claros os diferentes interesses existentes na articulação pelo Fora Collor. O presidente da Força Sindical, Luis Antonio Medeiros, não abriu mão de defender a continuidade do projeto de "modernidade" de Collor e realizou um ato só seu na Praça da Sé, no dia 11. Resultado: um fiasco, não conseguiu reunir mais do que três mil pessoas. Presente no comício do dia 18, Medeiros foi rotundamente vaiado durante a leitura de suas três páginas de discurso, mas continuou defendendo o projeto collorido.

Paralisação cívica

Enquanto isso, o presidente da UNE, Lindbergh Farias, foi um dos mais aplaudidos ao polemizar com Medeiros e defender um novo projeto para o Brasil. "É devido a política de Collor que o povo está na miséria", afirmou Lindbergh.

O presidente da CUT, Jair Meneghelli, defendeu uma paralisação cívica nacional no dia em que o Congresso votar a admissibilidade do impeachment. Colocou em votação e obteve a unanimidade dos presentes ao Vale do Anhangabaú.

Outras manifestações foram realizadas, no dia 22, em Salvador, com 60 mil pessoas e, em Recife, com 400 mil. No dia 23, foi a vez de Porto Alegre lotar o largo Glênio Peres e no dia 25, o comício

foi no Rio de Janeiro.

Afora os atos unificados, os estudantes continuam deixando suas marcas na história, com as irreverentes passeatas que pedem o fim de Collor, PC, Rosane e todos os envolvidos nos escândalos de corrupção. Rostos pintados, eles eram 60 mil nas ruas de Curitiba no dia 15. No mesmo dia, igual número desfilava pelo Rio de Janeiro. Em São Paulo, mais de 150 mil prepararam, com sua passeata, o comício do Anhangabaú. Eles estão em todos os lugares - Brasília, Recife, Paraíba, Porto Alegre, com fôlego suficiente para agüentar até que Collor saia do Planalto.

Indignação lilás

As mulheres participaram de forma organizada do comício de São Paulo. Vestindo roupa lilás, realizaram passeata do Teatro Municipal até o Anhangabaú, onde apresentaram o "Manifesto à Nação", pedindo o impeachment do Presidente.

O movimento Indignação Lilás congrega mulheres militantes de movimentos autônomos, de organismos institucionais de defesa da mulher, de núcleos de universidades, centrais sindicais, partidos

políticos, intelectuais e artistas.

No dia da votação do impeachment, manifestações deverão ocorrer em todo o Brasil. Vigílias estão sendo marcadas nos locais de concentração popular. As mulheres organizam uma caravana à Brasília. A UNE e a UBES transferem sua sede para a Av. Paulista, em São Paulo e mantêm concentração em frente ao Masp. A proposta da CUT é de que o Brasil pare em protesto cívico.



Passeata dos estudantes no dia 18, em São Paulo

Onde vai dar a modernidade

CARLOS CHAGAS

Journalista e professor da Universidade de Brasília

Deu no jornal, no caso o insuspeito Washington Post, que a pobreza aumentou nos Estados Unidos. São, este ano, 36 milhões de pessoas, numa população de 200 milhões, a viver sob padrões de indigência. Há um ano eram 25 milhões, e a projeção para o ano 2000 é de que cheguem a 50 milhões. Fala-se, ou melhor, fala o instituto americano de assistência social, também insuspeito, de cidadãos sem emprego fixo, de residência duvidosa e entregues à insuficiente caridade pública estatal ou privada. Há entre eles ampla margem de negros (33 por cento) e de latinos (25 por cento). Admitindo-se 12 por cento de asiáticos, sobram 30 por cento de anglo-saxônicos. Coisa que fere fundo o modelo lá adotado.

A conclusão surge lógica: na catedral da modernidade, no paraíso da livre competição e da prevalência das leis de mercado, a pobreza aumenta. O "cada um por si" que os Estados Unidos adotam no plano nacional gera aumento cada vez maior dos marginalizados da sua sociedade, assim co-

mo, no plano internacional faz aumentar as agruras e tragédias dos países subdesenvolvidos. É óbvio que a maioria ainda se aferra às ilusões da concorrência desigual, cada um procurando permanecer no grupo privilegiado com acesso às delícias computadorizadas da técnica elevada ao extremo.

Parece inexorável, porém, que essa política venha a gerar número sempre maior de desfavorecimento, et pour cause, aumentando os favores de número cada vez menor, onde todos querem ficar mas a cada ano menos gente encontra assento.

Se acima da linha do Equador é assim, imagine-se aqui, onde a equação velha já começa beneficiando camadas mínimas privilegiadas, ainda que empenhados em iludir a maioria. Adotamos a modernidade, faz muito. Bem antes, até, que o presidente Collor tenha empunhado como ninguém a bandeira desastrosa. Aqui o processo se desenvolve em progressão geométrica. Não temos estatísticas, ou os poderosos não permitem que elas sejam feitas, mas a pobreza atinge números superiores a camadas maiores.

É sobre isso que precisaríamos meditar,

mais até do que sobre o impeachment, já que a corrupção desmedida nada mais é do que um subproduto da modernidade fujuta. Nossas elites impõem o modelo como algo absoluto, fora do qual não haveria a salvação. Em nome dele, o Presidente tenta manter a presidência e até os que se opõem a ele sustentam a mesma camisa-de-força para o vice-presidente em vias de assumir. Itamar Franco será apoiado desde que se comprometa a manter a modernidade, isto é, os privilégios. Deverá, como Collor, continuar permitindo o acesso dos pimpolhos aos carrões importados e aos computadores de última geração, sem perguntar à grande massa se é isso o que ela deseja ou se, em contrapartida, não seria melhor para o conjunto dispor de mais comida, mais transporte, habitação, hospitais e escolas. E menos indigência. Como essa consciência só pode ser expressa pela força do poder público, tentam enfraquecê-lo sob o pretexto de suas deficiências, como se não tivessem sido elas, as minorias, as responsáveis pelos excessos, exageros e ineficácias do Estado.

Todo um jogo de cartas marcadas. Ma-

landragem que se procura vender às maiores por intermédio dos mesmos instrumentos de sempre, pontificando neles a imprensa, ou melhor, os interesses daqueles que detêm o controle da imprensa.

É claro que o mundo anda para a frente, que gostaríamos de dispor de tecnologia cada vez mais avançada, dos melhores carros, computadores, restaurantes, lanches e casas de campo. Mas só se fosse para todos, ou, ao menos, se o acesso a essas modernidades estivesse facilitado à maioria. Mas não está. Pelo contrário, fecha-se cada vez mais o círculo de oportunidades. A conta de uns poucos, nessa perversa progressão, precisa ser paga por uns muitos. Basta ver como os salários valem menos, todos os meses, diante dos aumentos sempre crescentes dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Em suma, os números não mentem, e, tão rápido como caíram o muro de Berlim e o socialismo autoritário, cai o falacioso deus da modernidade criado pelas elites. Tomara que não caia em cima de nós.

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Artigo publicado no Correio Brasiliense de 9/9/92

ACIONAL

A presença marcante do PCdoB

FREDO EBLING JUNIOR
de Brasília

Os presidentes nacionais dos partidos de oposição, PMDB, PSDB e PT reuniram-se e decidiram a estratégia para garantir o impeachment do presidente Collor.

Quem acompanha os acontecimentos políticos nacionais através da grande imprensa recebe, todos os dias, informações como esta que dão a entender que os artífices da luta contra Collor são tão somente os grandes partidos de oposição. Sem desconhecer a contribuição dessas forças na campanha pelo impeachment, a verdade é que o surgimento, a condução consequente e a mobilização de massas da campanha do "Fora Collor" tem a presença marcante do Partido Comunista do Brasil. Esta não é, absolutamente, uma manifestação apaixonada ou ufanista. É, sim, o resgate de uma verdade que, se não interessa aos poderosos divulgar, deve ser afirmada pelos comunistas como exemplo da justeza de sua linha política e da dedicação militante à sua execução.

Em defesa da nação

Em documento aprovado pelo Comitê Central do PCdoB em 1º de novembro de 1991 intitulado "Em defesa da Nação brasileira aviltada pelo governo Collor", dizia-se "o fracasso da política econômico-financeira de Collor, sua incapacidade administrativa, seus propósitos antinacionais, sua falta de base política - tudo isso provoca o aparecimento de repetidas crises de governo. Collor isola-se cada vez mais. A Nação toma conhecimento de que o atual estado de coisas não pode continuar. O país encontra-se num impasse. E esse impasse, ao que tudo indica, somente será rompido com o afastamento de Collor do cargo que ocupa... são tantos os desastros e, mesmo, os crimes cometidos contra os interesses fundamentais da Nação que o seu afastamento do cargo torna-se uma necessidade. E essa necessidade vai ganhando a opinião pública". E dizia, ainda o documento: "Impõe-se a mais ampla mobilização popular, o esforço conjugado de todas as correntes e movimentos democráticos, patrióticos e populares a fim de tornar realidade essa aspiração da grande maioria do povo". Como se vê, já naquela época, o PCdoB defendia a saída de Collor do poder como uma exigência para que o país pudesse tomar outro rumo que não o da submissão aos interesses estrangeiros, da recessão, do desemprego, da piora das condições de vida do povo.

Sem interesses menores

A diferença desta avaliação para as que eram feitas por outras forças oposicionistas residia no fato de que ela estava livre de qualquer interesse menor, particular. Surgia como conclusão lógica de que Collor concentrava, em si, a política neoliberal do imperialismo. Enquanto isto, a estratégia da "governabilidade", expressão de interesses eleitorais voltados para a sucessão presidencial

de 1994, era largamente aceita e esposada pelos "grandes" da oposição, incluindo até mesmo o PT. Era comum ouvir-se de oposicionistas que retiraram Collor do governo era um golpe pois, afinal, ele tinha sido eleito para o cargo.

A tomada de posição do PT em favor do "Fora Collor" é recente e se deu não sem muitas vacilações. No livro "Todos os Sócios do Presidente", que faz uma retrospectiva dos acontecimentos que envolveram a CPI do caso PC está escrito que "... para José Dirceu (1), a CPI era um instrumento para conter os grupos petistas mais radicais que queriam lançar imediatamente uma campanha pela derrubada de Collor. A direção do PT considerava esta proposta uma precipitação política". O mesmo livro diz que a proposta de criação da CPI partiu do

mações que municiassem a atuação de seus parlamentares na CPI. Dia a dia a idéia de que Collor era o "capo" da quadrilha ia ganhando adeptos.

Ao final, o relatório do senador Amir Lando admitiu a ligação.

O deputado Aldo Rebelo foi ao Uruguai, com recursos próprios, ajudar na investigação sobre a operação. Foi ele quem, pela primeira vez, denunciou que Ricardo Forcella (2) esteve envolvido num assassinato e que havia sido preso por crime de formação de quadrilha e evasão de divisas do Uruguai para a Argentina. Na bagagem, Aldo trouxe um parecer de um professor de Direito Penal dizendo que a Operação Uruguai tinha todas as características de uma simulação e, também, dados sobre o esquema das tradings uruguaias para lavagem

político o fator fundamental da mobilização de massas.

A busca da unidade

A sua multiplicação e ampliação exigiu, também, um esforço político em busca da unidade contra Collor. Os parlamentares do PCdoB, as lideranças de massas filiadas ao Partido e, em especial, seu presidente, João Amazonas, jogaram um papel de primeira ordem na "costura" dessa unidade.

Por maiores que sejam os esforços das classes dominantes para encontrar uma "saída" conveniente aos seus interesses, a verdade é que, se consumada, a saída de Collor representará um profundo revés à estratégia neoliberal. Sua derrota será resultado direto da luta de mas-



A bandeira dos comunistas está presente nos atos pelo fim do governo Collor

PT e que, inicialmente, obteve o apoio apenas do PST e do PCdoB, o que é verdade. No entanto, o que o livro não diz é que o PT estava colhendo assinaturas de deputados para a constituição da CPI apenas entre os partidos cujos líderes já tinham manifestado seu apoio à proposta, ou seja, o próprio PT, o PST e o PCdoB.

Com esta atitude defensiva seria impossível a obtenção do número de assinaturas necessário para a constituição da CPI.

Atuação no parlamento

Instalada a Comissão Parlamentar iniciou-se outra batalha: a de tentar provar a vinculação de Fernando Collor com PC. A liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados passou a dedicar-se de corpo e alma ao levantamento de infor-

de dinheiro. Todo esse material foi decisivo para que a CPI desqualificasse a Operação Uruguai como prova da origem do dinheiro que abastecia as contas do presidente.

Antes, durante e depois da Comissão Parlamentar, em todos os setores da sociedade, o PCdoB esforçava-se para que sua linha política alcançasse setores cada vez mais amplos e para que estes se convencessem da necessidade de grandes mobilizações de massas em prol da saída de Collor.

Foi assim na UNE, na CUT, na CONAM, em encontros, reuniões, palestras, comícios, etc. O esforço foi exitoso.

As manifestações de rua pelo impeachment ganharam impulso com a irreverência, a alegria e o destemor dos estudantes. Liderados pela UNE e pela UBES, os jovens trouxeram ao cenário

será uma grande vitória do povo brasileiro mas, também, em particular, do PCdoB.

As classes dominantes, apercebendo-se dessa verdade, esforçam-se para, por um lado, esconder o papel jogado pelo Partido nesta crise e, por outro, tentam desmoralizá-lo. Este é o sentido de alguns artigos saídos na imprensa como a "peça" carregada de ódio anticomunista publicada no Jornal do Brasil por um desqualificado de nome Mauro Rassi. Tais tentativas continuarão acontecendo pois são expressão do embate de classes. Muita coisa poderá ser dita, mas a verdade incontestável é que o PCdoB sairá extremamente fortalecido desta batalha.

(1) Deputado Federal e membro da Executiva Nacional do PT.

(2) Sócio da Alfa Trading.

MOVIMENTOS

CULTURA

Todos os sócios
do Presidente

IVANA JINKINGS

A transformação de um político inexpressivo, nas Alagoas, em governador do Estado e, em seguida, presidente da República. A transformação de um revendedor de máquinas agrícolas, o "Paulinho Gasolina", no homem que encarnou o símbolo da corrupção no país ao dirigir, durante mais de dois anos, uma verdadeira quadrilha espalhada por todo o governo. A relação entre essas duas trajetórias - aparentemente distintas - remete a fatos ocorridos há muitos anos, quando o sonho de poder, de um, e de riqueza, de outro, moveram esses dois personagens em uma mesma direção, que hoje coloca a Nação inteira diante da questão da ética no poder.

Todos os sócios

do Presidente, de autoria dos jornalistas Gustavo Krieger, Luis Antonio Novas e Tales Faria, é o livro que a Scritta Editorial lançou e já é sucesso de venda. Desvenda os bastidores do emaranhado político-empresarial entre PC Farias e o presidente Fernando Collor de Mello: da amizade nascida em Alagoas ao desfecho da Comissão Parla-

GUSTAVO KRIEGER, LUIZ ANTONIO NOVAS, TALES FARIA
**TODOS OS SÓCIOS
DO PRESIDENTE**



mentar de Inquérito que desnudou a trama diabólica armada no Palácio do Planalto.

Com 195 páginas, capa de Paulo Caruso e prefácio de Gilberto Dimenstein, *Todos os sócios do Presidente* é um livro para quem quer conhecer os fatos como de fato se passaram. Para quem quer entender de inacreditáveis operações que empurraram o país para uma de suas crises políticas mais graves e colocaram o mundo político diante do dilema do "impeachment".

Trata-se de um registro histórico, indispensável para todos os leitores que não perderam a capacidade de indignar-se.

Um humor de palavras

O cartunista Fortuna desafiou a ditadura, desenhando, no "Pasquim", os seus generais ridículos com quepes imensos e com rabos - também imensos. Mas nunca, nem naqueles tempos de trevas, deixou revelar a sua capacidade literária. O Fortuna que se conhecia era o do traço; agora, a Editora Anita Garibaldi nos revela no livro "Acho tudo muito estranho (já o prof. Reginaldo, não)" um outro Fortuna, tão rico em criatividade quanto o outro. Um autor que usa o traço apenas para ilustrar o seu próprio texto.

As palavras são mais difíceis - embora talvez não mais perigosas - do que o traço. No entanto, Fortuna navega nelas com as velas pandas dos ventos da inventividade. Inventividade sutil, capaz de expor ao ridículo a própria palavra que, agora, escolheu como mídia. Por exemplo, neste hai-kai (que ele chama de "Hai-contos") Ato falho. Diz o texto de Fortuna neste "hai-conto": De repente o Hamlet em cena, em vez de dizer "Palavras, palavras, palavras" disse - Promessas, promessas, promessas.

Sem dúvida, como nunca, nestes tempos de Collor, as palavras se aproximam perigosamente das simples promessas (lembram do "caçador de marajás?"). No entanto, autores de palavra (nos dois sentidos e no mais ético deles), como Fortuna, restauram uma confiança, muito bem humorada, no poder da palavra; tão grande quanto os traços de suas charges, feitas com exclusividade para "A Classe Operária". (Jefferson Barros)

PETROBRÁS

Trabalhadores resistem

DILERMANDO TONI

"A diretoria da Petrobrás mantém uma atitude absolutamente intransigente em relação às reivindicações dos trabalhadores. Por isso entraremos em greve por tempo indeterminado". Foram estas as palavras de Humberto Campos, do Comando Nacional dos Petroleiros, sobre o prosseguimento da atual campanha salarial dos petroleiros que, dessa forma, passa a uma nova etapa, onde a radicalização da empresa leva inevitavelmente à radicalização da categoria.

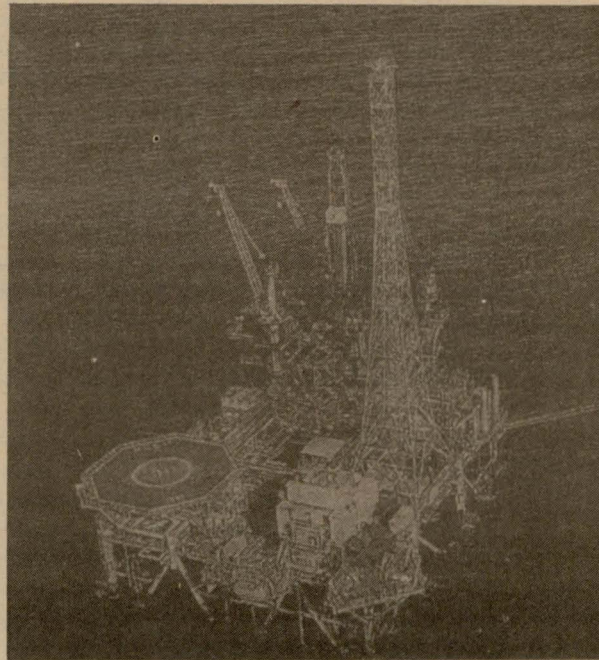
Os petroleiros, de início, apresentaram 119 pontos na sua pauta de reivindicações que, com o andamento das negociações, acabaram por se reduzir a 19 pontos. No último dia 22 quando praticamente se encerraram os contatos entre a empresa e os trabalhadores, a diretoria da Petrobrás gerou um impasse ao negar-se a atender todos os 19 pontos. Entre esses, se encontram o reajuste salarial que varia de 100% a 130% este mês, data-base da categoria, reposição mensal, estabilidade, reintegração de 900 demitidos por ocasião da última greve, cinco folgas por ano (direito que foi cortado) e a garantia do monopólio estatal do petróleo.

Sucatear para entregar

"O mais importante de ser ressaltado é que o governo faz uma verdadeira operação de desmonte da Petrobrás. Para um orçamento previsto de US\$2,8 bilhões, o governo Collor cortou para US\$1,6 bilhão afirmou à Classe, Ademar Caetano, secretário-geral do Sindpetro do Estado do Amazonas. De fato as reduções de investimento atingiram sobretudo as áreas de prospecção e produção de petróleo.

"Tudo isso faz parte de uma política de inviabilização da empresa, no rumo da privatização" analisa Humberto Campos. No início do governo Collor, a empresa tinha 56 mil trabalhadores, hoje não passam de 50 mil. Além disso, vem sendo seguida uma diretriz que incentiva as aposentadorias, já tendo atingido muitos técnicos experientes que foram trocados por gente afinada com o processo de privatização.

A privatização da Petrobrás não encontra argumentos que possam lhe dar sustentação. Ela é a quarta empresa mais produtiva no mundo em seu ramo, que é absolutamente indispensável para o desenvolvimento independente do país. Aldeir Caetano afirma que o "chamado caminho para a modernização de Collor é na verdade o caminho para a privatização e para a entre-



Petrobrás, patrimônio do povo brasileiro

ga da Petrobrás aos oligopólios internacionais". Para se ter uma idéia do que vem sendo feito - diz ele - é bom lembrar que Sarney, ao sair do governo, deixou uma dívida de US\$400 milhões do estado para com a empresa. Hoje, essa dívida já atinge a casa dos US\$ 3,5 bilhões".

Aperta-se o cerco

Em todo o mundo, o setor mais lucrativo na área de petróleo é, justamente, o das empresas químicas e petroquímicas. É exatamente por aí que o governo Collor começou a privatizar.

De mais a mais, o governo vem usando indiscriminadamente a contratação de empreiteiras para a prestação de serviços que anteriormente eram executados pela Petrobrás. Hoje, segundo o Comando Nacional dos Petroleiros, para cada trabalhador da empresa, existem pelo

PROFESSORES - SP

Greve continua

Em assembléia dos professores da rede estadual do estado de São Paulo realizada no dia 23 a categoria decidiu por continuar a paralisação iniciada em 1º de setembro. Para que se tenha uma idéia do ponto que chegou a defasagem salarial, o salário inicial de um professor de primeira a quarta não ultrapassa os Cr\$624 mil mensais. Diante disso, a categoria exige a reposição das perdas e um piso salarial equivalente a um salário mínimo do DIEESE.

O movimento, que se iniciou com a adesão de 30% da categoria, e enfrenta dificuldades de toda a ordem, que vão desde a descrença em mudar alguma coisa pela via da luta à falta de credibilidade da direção da APEOESP - sindicato. Mas o ponto principal é, sem dúvida, a intrans-

menos três de empreiteiras. Isso é uma forma clara de ferir o monopólio estatal de petróleo e de transferir tecnologia para a iniciativa privada. Ressalte-se nesse particular que a Petrobrás é quem, em todo o mundo, domina a mais avançada tecnologia na área de prospecção em águas marítimas (off shore).

Luta econômica e política

De acordo com a opinião de Humberto Campos, "tudo isso vai levando a Petrobrás para uma situação de pré-falência, com a possibilidade concreta da empresa entrar em concordata".

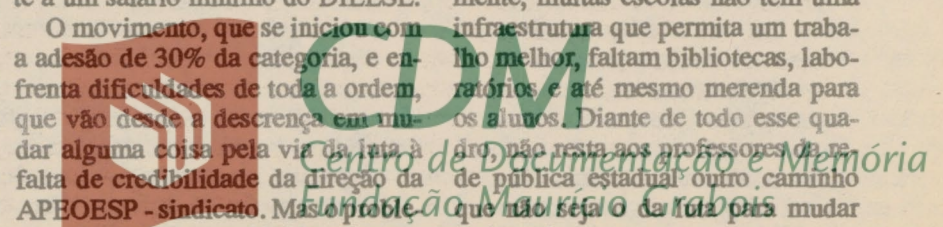
Ao lado das reivindicações de caráter meramente reivindicativo, os trabalhadores da Petrobrás têm se distinguido por um alto nível de consciência política e patriótica ao exigir que seja mantido o monopólio estatal do petróleo como ponto destacado para que seja assinado o acordo coletivo. Eles partem do ponto de vista de que a privatização da Petrobrás não prejudica somente os petroleiros, mas toda a soberania da Nação.

Dia 9 passado, a categoria já havia feito uma greve de advertência que teve um sucesso particular em Betim - Minas Gerais. Agora volta à greve com disposição de não manter o chamado efetivo mínimo pois, nas greves anteriores, embora este tenha sido observado, a paralisação foi considerada ilegal.

O setor mais mobilizado é o operacional. Para o Comando Nacional, "a privatização de algo que custou tanta luta aos brasileiros não passará".

De início, o governador afirmou não negociar com grevistas, numa atitude autoritária. Depois, no dia 17 de setembro, o governo fez uma proposta que a categoria considerou insatisfatória.

A política de Fleury com as chamadas escolas-padrões é na realidade a implantação da política neoliberal de privatização dos serviços públicos e de arrocho salarial. Atualmente, muitas escolas não têm uma infraestrutura que permita um trabalho melhor, faltam bibliotecas, laboratórios e até mesmo merenda para os alunos. Diante de todo esse quadro não resta aos professores da rede pública estadual outro caminho que não seja o de lutar para mudar a situação.



INTERNACIONAL

Amarga vitória do imperialismo

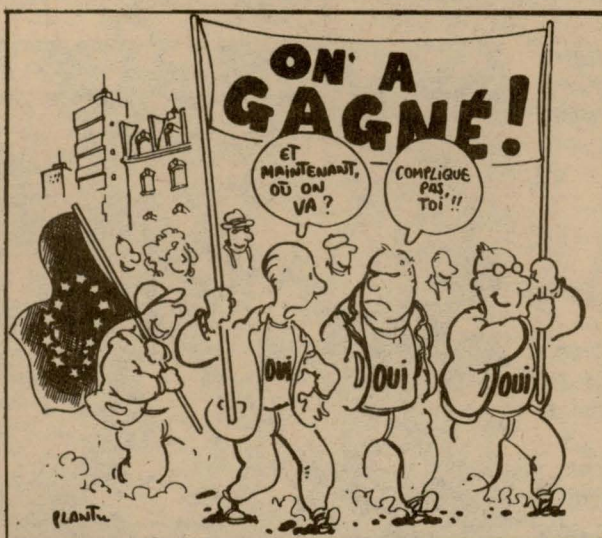
JEFFERSON BARROS

A Europa dos bancos, das multinacionais, do grande capital, do imperialismo, enfim, festejou no domingo, 20 de setembro, a vitória do Sim no plebiscito francês sobre o tratado de Maastricht com amargo vinho alemão. Na realidade, foi uma vitória a ser celebrada com vinagre: 51% a 49%, uma adesão modestíssima ao acordo assinado em maio passado na cidade holandesa de Maastricht e que terá por principal objetivo até o fim do século a construção de uma moeda europeia comum: o Eco (Unidade Monetária Européia). Aparentemente é um assunto técnico. O que o povo - cidadão e eleitor - tem a ver com isso? Tem tanto a ver que os próprios entusiastas do Tratado, como o presidente François Mitterrand e seu renegado Partido Socialista, levaram à decisão plebiscitária sua ratificação.

Unidade multinacional

Redesenhando a Europa, o Tratado de Maastricht retira dos Estados nacionais uma de suas maiores conquistas nos últimos 800 anos: o poder de cunhar moedas e fixar políticas monetárias nacionais. O Tratado, de certa forma, apenas legaliza uma situação existente na Europa, onde o marco alemão reina como a moeda absoluta. Para comprovar, basta citar a recente crise monetária europeia, na qual países como a Suécia tiveram que fixar taxas de juros de até 500% ao ano (escrevi a Suécia, não Brasil ou Haiti) para conter a desnacionalização de sua moeda, ameaçada de transfigurar-se, graças às operações do capital financeiro e dos especuladores, em marcos alemães. Por quê? Porque a Alemanha, através de uma política deliberada de seu Banco Central (o Bundesbank), aplica a mais alta taxa de juros do mundo. Isto é, o marco alemão é a moeda que melhor remunera o capital fictício - como o define Marx em "O Capital" - ou seja, o capital que não representa nenhuma relação produtiva.

Nenhuma relação produtiva, a não ser o jogo especulativo financeiro. Esta é a realidade do capitalismo monopolista imperialista em sua atual etapa. E, para aumentar sua remuneração, este capital pratica uma política de concentração e centralização crescentes que serve exclusivamente às grandes corporações multinacionais - dotadas de amazônicas capacidades financeiras - e aos bancos, intermediários necessários destas operações especulativas. Então Maastricht, ao celebrar uma "Europa Unida", celebra apenas uma Europa do capital, organizada acima da cidadania nacional, dirigida por tecnocratas controlados numa espécie de "estado"



Charge publicada no jornal "Le Monde" mostra três franceses favoráveis ao "Sim" carregando uma faixa onde se lê: "Ganhamos". Um pergunta para o outro: "E agora, onde nós vamos?"; o outro responde: "Não complica, tá!"

européu, na realidade dependente das decisões financeiras dos grandes aportadores de capitais (multinacionais e bancos) que teriam suas operações facilitadas pela existência de uma moeda única e não submetida às vontades contraditórias, isto é, luta de classes dos estados nacionais.

Não só isso. Além de legalizar uma situação de exploração do capital que se expressa através da política monetária da Alemanha, principal potência imperialista da Europa e juíza toda poderosa do mercado cambial do Continente, o Tratado de Maastricht enfraquece a soberania dos Estados nacionais, criando um super-poder tecnocrático - praticamente sem controle dos cidadãos - e reduzindo os direitos de cidadania aos problemas regionais. Isto é, todos têm direito de opinar, desde que seja sobre onde colocar a bica d'água... (O Brasil do coronelismo e do "populismo" conhece muito bem esta política.) Abrindo mão da soberania sobre suas políticas monetárias, os Estados europeus abririam mão, na realidade, de suas soberanias no sentido mais amplo e, portanto, da soberania popular, uma conquista democrática que tem raízes na Revolução Francesa (1789).

Tecnocracia especulativa

Mas afinal o que é soberania popular? Sem precisar teorizar, a simples análise dos resultados do plebiscito na França nos devolve a resposta. O jornal "Le Monde", insuspeito por ser europeísta de primeira linha, e favorável ao Tratado de Maastricht, ao analisar os resultados, publica em sua edição de 22 de setembro "Um Sim rico e urbano; e o Não da França rural e operária". Os títulos das duas páginas do "Le Monde", por si só, revelam a essência da questão: a contradição entre o capital fictício, especulativo e parasitário e aqueles que produzem. A centralização tecnocrática, prevista em Maastricht, só interessa a quem especula e lucra com o capital fictício; não àqueles que produzem, sobretudo os operá-

rios. Na realidade, o plebiscito francês foi uma batalha entre a Europa do capital especulativo e a Europa dos produtores (sobretudo a classe operária).

A questão de um Estado supranacional, como prevê Maastricht, administrado por tecnocratas, é que esta entidade é tão inacessível ao controle dos cidadãos quanto uma empresa multinacional. É este o modelo que as multinacionais exigem como forma institucional. Por outro lado, uma instituição pública regionalizada - também prevista em Maastricht - destinada a administrar

tão somente as questões locais não tem poder de barganha junto às corporações transnacionais.

Hegemonia alemã

Além disso, a Europa será submetida a hegemonia germânica, legalizada. E a Alemanha, mais poderoso país capitalista europeu, enfrenta hoje problemas de desemprego, de racismo explícito (inclusive contra alemães de outros países, que passam a viver na Alemanha unificada) num quadro que revela a aguda crise estrutural do capitalismo, cujas tentativas de administração pelo Bundesbank apenas aceleram os problemas internos da própria Alemanha e, sobretudo, as relações políticas e econômicas com seus "parceiros" (ou submissos) europeus. Na realidade, a Alemanha, com suas altíssimas taxas de juros, visando a garantir o valor do marco, apenas cobra do resto da Europa - e do mundo - o preço da unificação, quando, para garantir a "celebrada" queda do Muro de Berlim, literalmente comprou a Alemanha Oriental trocando seus marcos pelos marcos alemães orientais, cujo valor real eram 50% inferior. Detalhe: a troca foi de 1 por 1. Isto sem dúvida, gerou uma inflação (oculta pelas altas taxas de juros alemães) de pelo menos 20% ao ano.

Submetida à discussão pública, como no caso do plebiscito francês, quando as forças nacionalistas e da esquerda se opuseram à sua aprovação optando pelo não (quase vitorioso), Maastricht revelou sua verdadeira face: a da construção de uma Europa do capital, contra os cidadãos e, sobretudo, contra os trabalhadores. Ou ainda da construção do bloco europeu para enfrentar o bloco americano - liderado pelos EUA - e o bloco asiático cuja liderança está com o Japão. Por isso, a estreitíssima vitória do sim apenas pode ser celebrada com vinagre; na realidade, foi uma vitória de Pirro, que colocou em cheque toda a lógica do Tratado de Maastricht, ou melhor, da Europa do capital e das multinacionais.

Guzman e a "guerra suja" de Fujimori

JOSE REINALDO DE CARVALHO

Membro do CC do PCdoB

O governo golpista e reacionário de Alberto Fujimori anunciou, há duas semanas, a prisão dos principais dirigentes do Partido Comunista Peruano (Sendero Luminoso), entre eles, seu fundador e líder máximo Abimael Guzman, conhecido como Gonzalo. No Peru e em todo o mundo, os meios de comunicação controlados pela oligarquia e o imperialismo noticiaram o fato com estardalhaço, comemorando-o como uma "grande vitória" contra a "subversão" e o "terrorismo". Fujimori tentou capitalizar o fato para sair do isolamento político em que se encontrava desde o golpe que cassou as liberdades e direitos fundamentais dos peruanos, insinuando que somente um regime autoritário é capaz de semelhante façanha.

O fundo social e político que possibilitou o surgimento de um movimento guerrilheiro do porte do Sendero Luminoso e as linhas gerais políticas e ideológicas elaboradas por Abimael Guzman, e praticadas por seus seguidores, são temas controversos que exigiriam uma análise de fôlego em outro espaço. Embora não nos identifiquemos com os métodos, estratégias e táticas do Sendero Luminoso, julgamos necessário desfazer alguns mitos difundidos por ocasião da prisão do líder senderista e elucidar alguns fatos que, ao serem falseados, alimentam especulações sobre os direitos humanos e o terrorismo.

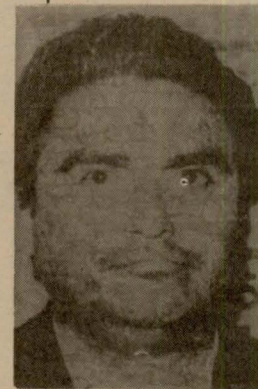
Quanto à defesa dos valores democráticos e dos direitos humanos, que dizem os meios de comunicação sobre os quase 10 mil seqüestrados e desaparecidos e sobre outros quase 10 mil mortos pelas Forças Armadas e a polícia peruanas na luta anti-guerrilha? Imputa-se a Abimael Guzman a acusação de ser o responsável pela morte de 25 mil pessoas. Tal acusação está servindo de pretexto para uma tentativa de alterar a Constituição e condená-lo à pena de morte através de julgamento sumário em Tribunal Militar. Quer-se ainda negar-lhe o status de preso político.

No processo de verdadeira guerra entre as tropas regulares do Exército e da polícia e os guerrilheiros do Sendero Luminoso já morreram, decerto, mais do

que as 25 mil pessoas que a imprensa menciona, reproduzindo os "press-releases" emitidos pela assessoria de imprensa de Alberto Fujimori. Mas esconde-se que são vítimas das duas partes beligerantes. Um boletim do Ministério da Defesa do Peru, divulgado em 1991, informa que no período de 1980, quando começou a guerrilha do Sendero, e 1990, morreram 18.739 pessoas, sendo 1.410 membros das forças armadas, 7.728 civis, 9.328 subversivos (a nomenclatura é do boletim) e 215 narcotraficantes. Certamente que entre os civis há vítimas das ações do Sendero, mas quantos há vitimados pelos massacres do exército?

Note-se ainda que aproveitando o tento marcado com a prisão de Guzman, as forças de segurança do governo Fujimori estão desencadeando uma verdadeira campanha de terror nas favelas limenhas, "para caçar senderistas". Nessas caçadas, violam-se residências, atacam-se famílias operárias, prendem-se, agridem-se, torturam-se e mata-se indiscriminadamente.

Fujimori começou a sua guerra suja.



Abimael Guzman

INTERNACIONAL

Festa do Avante,
janela ao mundo

"Não há festa como esta", era o comentário que mais se ouvia dos milhares de portugueses que compareceram nos dias 4, 5 e 6 de setembro a um dos maiores eventos de caráter político-cultural de massas realizado este ano na Europa - a Festa do Avante, jornal oficial do Partido Comunista Português.

No início de encerramento, o principal dirigente do PCP, Álvaro Cunhal, pronunciou um longo discurso, no qual, emocionado, disse: "Esta Festa, erguida com o trabalho, a dedicação, a inteligência, o saber, a criatividade, a arte, de milhares de militantes, erguida em terra que é nossa e por isso aberta ao povo; festa que é uma janela aberta para o país e para o mundo; que é entusiasmo, convicção e combate; - constitui em si mesma uma resposta serena de um Partido, que muitos queriam que estivesse curvado, dividido e desalentado e que aqui se mostra, com serena convicção, de pé, firme, unido e confiante."

O dirigente comunista português fez em seu discurso a defesa do socialismo, polemizando com o pensamento dominante na presente época: "Todos assistimos a uma gigantesca e furiosa campanha que, reescrevendo a história do nosso século, pretende demonstrar que, neste findar de século, o comunismo morreu e o capitalismo sai triunfante como sistema superior e definitivo. A verdade é que o século XX ficará marcado por um empreendimento revolucionário que, pela primeira vez em milênios de história, ou sou construir uma sociedade libertada da exploração do homem pelo homem e das grandes desigualdades e injustiças sociais, uma sociedade sem classes antagônicas, uma sociedade socialista.

É certo que tal empreendimento revelou ser mais complexo, mais demorado, mais irregular, mais acidentado do que previram os seus pioneiros. É certo que a desagregação e o desaparecimento da URSS (e também do socialismo nos países do Leste da Europa) significou grandes derrotas e passos atrás na história, uma catástrofe para a humanidade e uma mudança radical da correlação de forças a nível mundial"...

"Ao contrário do que pretendem alguns, o comunismo não morreu no século XX. O comunismo não é um empreendimento falhado que agora pertence ao passado, mas um ideal e um projeto que, embora defrontando imensas dificuldades e obstáculos, têm à sua frente o futuro"...

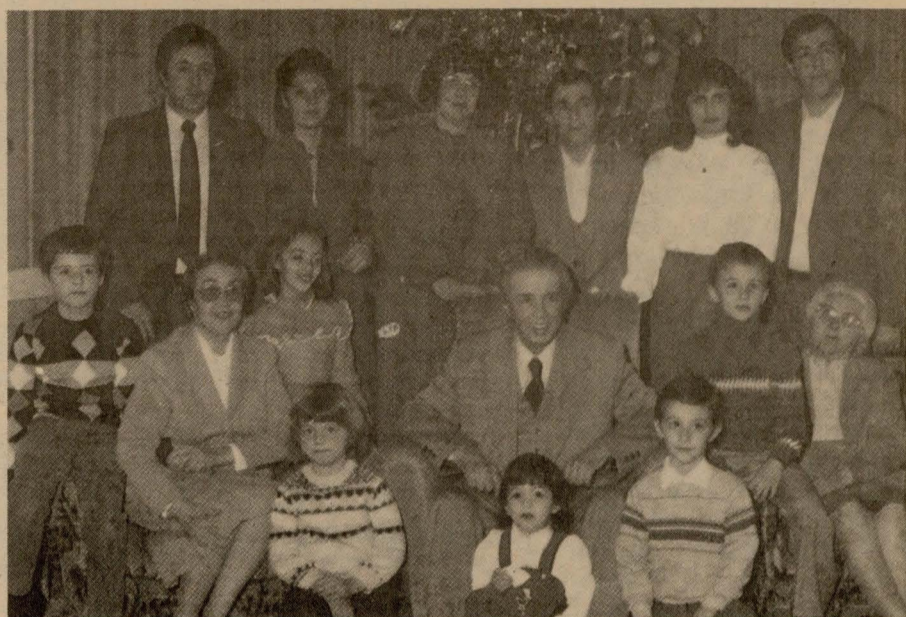
Álvaro Cunhal fez também uma apreciação do quadro mundial e do papel que desempenham na atual conjuntura os partidos e movimentos revolucionários: "Na atual conjuntura histórica, o socialismo desapareceu como sistema mundial. Mas num quadro mais amplo de forças revolucionárias, o movimento comunista, com nova configuração, com nova composição, continua a ser um movimento de grande profundidade social e grandes potencialidades, cuja tendência será não para o declínio e o desaparecimento, mas para a renovação, a recuperação de posições perdidas e o retomar do avanço histórico"...

Durante a Festa do Avante, Cunhal anunciou a realização, em dezembro próximo, do XIV Congresso do PCP que, segundo ele, será "um Congresso que reforçará a identidade do Partido, enriquecendo-a com respostas novas às novas situações"...



Direitos humanos na Albânia

A situação dos familiares de Enver Hoxha torna-se cada vez mais crítica. Morosidade no processo de julgamento da viúva de Enver, Nexhmije Hoxha; demissões de seus filhos; vistoria de suas residências são algumas das medidas persecutórias do atual governo albanês que vem mantendo a família sob permanente tensão. Com o intuito de denunciar essa situação e angariar a solidariedade dos democratas, que os familiares de Enver Hoxha enviaram uma carta ao Comitê dos Direitos Humanos de Helsinque, que a Classe Operária publica na íntegra:



Nexhmije e Enver Hoxha com sua família em 1984

Tirana, 20 de setembro de 1992,

Honrado senhor Nagler,

Primeiramente, nós queríamos vos agradecer pessoalmente e à equipe do vosso respeitável instituto; agradecemos ao Sr. Nowicki e a Sra. Fon Kohl que, com competência, objetividade e responsabilidade moral, trataram da defesa dos direitos humanos na Albânia, inclusive do caso de nossa família.

Nós agradecemos vivamente também ao Comitê albanês da defesa dos direitos humanos e suas autoridades, que preservam com pureza e sem nenhuma conotação política o nobre papel da defesa dos direitos humanos, coisa extremamente difícil na atual situação de nosso país, situação que compromete gravemente a verdadeira democracia, tão desejada por todo o povo albanês, assim como por nós mesmos.

Cerca de quatro meses se passaram desde a nossa primeira carta, e estamos desolados de vos informar que durante todo esse tempo não houve nenhuma evolução, e a perspectiva é muito obscura. Somos obrigados a transmitir nossas vivas preocupações de que nosso caso possa tomar uma justa direção.

1 - Nossa mãe, de 72 anos, encontra-se há mais de 10 meses prisioneira sob a acusação de abuso e de apropriação, e até o processo de investigação já foi encerrado. Faz um mês que nós solicitamos à Corte de Justiça de Tirana que levasse em consideração legalmente nosso caso:

- efetuar o mais rápido possível o processo de julgamento;

- ou mudar a prisão para prisão domiciliar durante o período que resta até a data do julgamento, data que ainda não foi fixada.

Embora eles tenham prometido ultimamente a vossos representantes (que estiveram na Albânia) que o julgamento seria efetuado brevemente, até o momento não há nada de novo. Por esta razão, nós pensamos que é necessário, e mesmo indispensável, pedir vossa ajuda, como de resto a de todas as organizações internacionais de defe-

sa dos direitos humanos e mesmo das autoridades albanesas, para resolver o "caso Nexhmije Hoxha", como já explicamos, ou seja:

- fazer o julgamento o mais rápido possível;

- ou, se não conseguirmos isso, (porque não poderia agradar a alguns) solicitar a mudança de prisão comum de nossa mãe, velha e doente, para prisão domiciliar, até a data tão esperada do julgamento.

2 - A pressão continua sobre toda nossa família. Atualmente, somos vítimas dessa política antidemocrática de nosso Governo, deixando-nos sem trabalho.

Desde 21/05/92, quando nós vos enviamos nossa primeira carta, tudo deixou de ser um caso particular.

3 - A pior situação é a de nossos filhos, que não prosseguiram nos estudos como as outras crianças. Eles não podem frequentar tranquilamente as escolas porque, por todo lado, reina "a lei da rua" organizada, e estão permanentemente sob a pressão dessa psicologia, sem falar da chantagem, das ofensas públicas na imprensa, diante das quais ficamos inteiramente impotentes e sem nenhuma proteção. Tudo isso se tornou ainda mais grave depois que o Presidente nos nomeou de "família criminosa".

4 - Somos permanentemente vigiados em nossos deslocamentos. Nossos nomes estão em todos os pontos da fronteira para impedir que viajemos para o estrangeiro, o que é contrário a todas as leis. Por esse motivo, questionamos várias vezes o Birô de Investigações e a Procuradoria da República, sem nenhum resultado.

5 - O problema dos apartamentos onde estamos morando, como todo o povo, tornou-se uma história sem fim. Para nossa mudança, houve uma decisão especial do Governo, com explicações puramente políticas; pelo fato de sermos a família de Enver Hoxha. Desde esta decisão, já entramos até com

um processo na Corte de Tirana, bem como na Corte de Cassação. Mesmo se a decisão nos for favorável nas duas instâncias, a pressão por parte da Prefeitura de Tirana continua. Outra pressão foi efetuada contra a filha de Enver Hoxha e sua família, quando, sem nenhuma autorização do procurador, a polícia fez uma vistoria ilegítima, em sua casa, por "porte ilegal de armas", à uma hora da madrugada.

Além da carta que vos enviamos no mês de maio, enviamos uma outra ao Conselho da Europa. Em 22 de julho de 1992, recebemos uma resposta do Sr. Mans-Peter Furrer, diretor de assuntos políticos, em nome de Sra. Catherine Lalmiere, que afirmava:

"Temos confiança de que todos os albaneses sem exceção poderão usufruir de uma tal evolução. De nossa parte, estamos em contato com o governo e o parlamento albaneses para determinar a maneira mais eficaz de nossa assistência e cooperação sobre o árduo caminho em que vosso país está empenhado".

Mas as manipulações políticas e a pressão sobre nossa família continuam, mesmo estas significando flagrantes violações de nossos direitos e um comprometimento do processo democrático na Albânia.

Nossas exigências são bastante elementares, realizáveis e, sobretudo, legais.

Nós esperamos que o caso de nossa mãe seja concluído, porque estamos seguros de que a variante do julgamento ou aquela da prisão domiciliar não põe em risco a democracia, ao contrário, a reafirma.

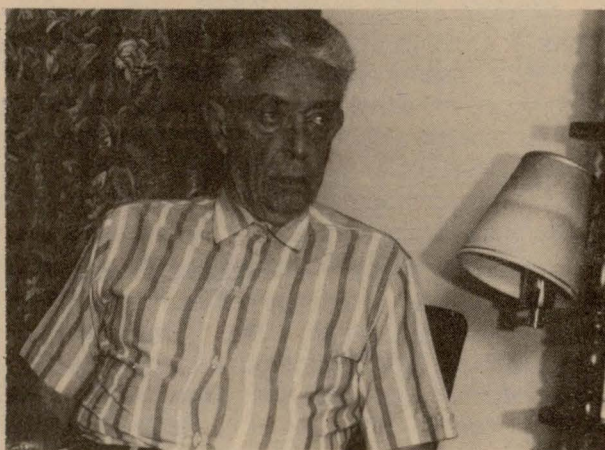
Agradecemos muito e com bastante respeito. Estamos conscientes de que a sorte de nossa mãe depende de mais da opinião defendida por vossas organizações que do desenvolvimento democrático da Albânia.

Sinceramente,
Ilij Hoxha, Sokol Hoxha, Pranvera Kolaneci, Teuta Hoxha, Luljeta Hoxha, Klement Kolaneci

PCdoB

Corbisier ingressa no PCdoB

O auditório do 7º andar da ABI no Rio de Janeiro foi palco, no dia 16 de setembro, do ato de filiação ao PCdoB do professor e filósofo Roland Corbisier. Destacado democrata e intelectual de renome nacional, Roland Corbisier foi deputado federal cassado em 1968, além de ser autor de várias obras literárias. Na oportunidade do ato de filiação, Roland Corbisier afirmou que o PCdoB é o oásis do marxismo-leninismo. Ressaltou que sua filiação atrairá para o partido a atenção de vários intelectuais que procuram referencial revolucio-



O professor e filósofo Roland Corbisier

o ingresso do professor e filósofo Roland Corbisier em nossa organização significa o fortalecimento do PCdoB como o partido do socialismo. Além disso, é um fato de relevância que responde à uma onda de descrença dirigida pelos conservadores contra as idéias avançadas da sociedade. Sua filiação, afirma Valentim, reforçará e dará grande contribuição ao aprofundamento da teoria marxista-leninista, tão necessária nos dias de hoje, para

nário frente à situação atual.

Para o presidente do PCdoB no Rio de Janeiro, Edmilson Valentim,

o enfrentamento da crise do socialismo e superação do sistema capitalista.

CPI relata crimes da ditadura

O Arquivo Histórico Municipal de São Paulo já conta com a documentação completa sobre os presos políticos desaparecidos durante o regime militar. A documentação é fruto do trabalho da CPI da Câmara Municipal, que investigou a atuação, na cidade de São Paulo, dos organismos de repressão criados pela ditadura no final da década de 60. No dia 4, foi realizado um ato na Câmara, com a presença de familiares dos desaparecidos. Lá estava Elza Monerat, veterana militante do PCdoB e integrante do Comitê dos Familiares de Presos e Desaparecidos Políticos.

O relatório final da CPI foi entregue à prefeita Luiza Erundina pelos vereadores Vital Nolasco, Julio Cesar Caligiuri, Teresa Lajolo e Italo Cardoso, membros da CPI, marcando os dois anos da descoberta e abertura da vala clandestina do cemitério Dom Bosco, em Perus, onde foram encontradas 1.049 ossadas enterradas irregularmente.

O relatório da CPI da Câmara ficará no arquivo histórico do município, onde estará à disposição do público para consultas. No documento, estão relatadas as ações realizadas pela Operação Bandeirantes e pelo Doi-Codi contra militantes de organizações de oposição ao regime militar. O PCdoB foi uma das organizações que teve um grande número de militantes assassinados, sobretudo na guerrilha do Araguaia. A CPI surgiu do trabalho realizado pela Comissão de Familiares de Presos e Desaparecidos Políticos para localizar e identificar as ossadas de presos mortos nas décadas de 60 e 70.

Atendendo à reivindicação dos familiares, a prefeitura de São Paulo firmou convênio com o Departamento de Medicina Legal da Unicamp, com o objetivo de identificar, entre as ossadas encontradas na vala clandestina, os corpos dos militantes. Além disso, a partir de pesquisas feitas nos arquivos do Doi-Codi, foram encontradas indi-



Ato de conclusão dos trabalhos da CPI

cações da presença de ossadas em outros cemitérios de São Paulo e de outros estados. A equipe da Unicamp já identificou seis ossadas e deve concluir seu trabalho até o final do ano, com a análise de todo o material e a identificação de outros militantes. Além da importância histórica da identificação

das ossadas, que trouxe à tona as ações arbitrárias da ditadura militar, foi garantido aos familiares o direito de reconhecer como mortos os militantes, solucionando problemas legais, como venda de imóveis e processos de herança, entre outros que dependiam da emissão de atestados de óbito.

OLHO VIVO

Lição de Moral?

SÉRGIO BARROSO
Executiva Nacional da CUT

1. Não! Lição de política prática de massas, mobilizadas sob bandeiras amplas que galvanizam o vasto sentimento de revolta para depor Collor e seu governo. Essa é a essência do movimento que irrompeu, articulado em nome da ética e pelo impeachment, precipitado pelas vigorosas manifestações estudantis. Aliás, UNE e UBES vêm dando o que falar.

Foi Lênin quem destrinchou a mediação dialética entre o espontâneo e o consciente. Afirmava haver diferentes espécies de espontaneidade, que, no fundo, o elemento espontâneo não é senão a forma embrionária do consciente. Dizia ainda que os "lampejos de consciência" evoluíam para a necessidade de se opor resistência coletiva e, numa outra etapa, a formulação de reivindicações ou a escolha do momento mais conveniente das mobilizações. Separava assim o simplesmente espontâneo da tomada de consciência, mesmo ainda não socialista. (Que Fazer? - II cap.)

O levante estudantil contra Collor é um típico fenômeno de massas que ultrapassa visivelmente os marcos de suas organizações. Alegre, mas decidido, radical; de grande adesão "espontânea", mas combativo - "Fora Collor" - e dirigido de maneira consequente, ampla e politizada pela UNE e UBES. Os que atacam a UNE e a UBES nada entendem de rebeldia da juventude, ou da grande insatisfação do povo brasileiro que se assenta sobre uma crise estrutural insuperável, a persistir o jogo das elites reacionárias. (FSP - 21.9.92)

O trotskismo é inimigo das grandes ações de massas e se apega a velhos chavões

A moral da Convergência: dividir e provocar

2. Pretextando estar sempre "à esquerda" de todos, a corrente trotskista Convergência Socialista acabou na mesma trincheira das únicas "grandes" figuras da República que lutam contra a posse de Itamar: ACM da Bahia e o presidente Collor.

Na CUT, desde a Plenária Nacional de julho, a CS passou a abanear-se das "Eleições Gerais" e do "Fora Itamar", como alternativa à crise política. Derrotada, vem fazendo de suas opiniões instrumento de vaia e ações divisionista à ampla maioria dos partidos e entidades que não comungam com sua postura sectária, inteiramente dissociada das dificuldades ainda restantes para a remoção do principal obstáculo: expulsar Collor da presidência. Mais ainda, a CS passou a atacar sistematicamente lideranças do PCdoB, acusando-as de arquitetarem um "pacto" com o novo governo.

Têm lógica as provocações da CS. O trotskismo é inimigo das grandes mobilizações de massas. Seu raciocínio teórico, fracassado em todo o mundo, é a repetição de velhos chavões, onde a "crise de direção" ou a "hegemonia burguesa" no movimento perseguem-lhes feito os fantasmas da Dinda. Por isso, esculhambaram as entidades da "Ética na Política", foram contra a convocação da CPI. Correntes desse tipo jamais compreenderão porque a Revolução de 1917 teve bandeiras tão amplas como "Paz, Pão e Terra".

Não entenderão nunca porque a principal palavra de ordem da Frente Viet Minh (Vietnã), nos seis primeiros meses de 1945, foi "Tomar os depósitos de arroz para matar a fome", que serviu de base para espalhar a guerrilha vitoriosa. Por isso condenam as alianças da URSS na II Guerra. Por isso, se bastam a criticar o desfecho das "Diretas Já". Por isso também não aceitam proclamar hoje "Fora Collor, Abaixo o Projeto Neoliberal".

Especial

A Classe Operária

FRANCIS FUKUYAMA

A ideologia da nova ordem do imperialismo

JOSÉ CARLOS RUY

O fim da bipolaridade mundial, com a derrocada do chamado bloco socialista, transformou os Estados Unidos na superpotência única do globo e assinalou a crise da ideologia que expressava as grandes disputas mundiais até então, a idéia de que havia uma "cortina de ferro" separando o "mundo livre" do "totalitarismo soviético", idéia que, cristalizada na guerra fria, justificou a intervenção norte-americana e de outras potências ocidentais em todos os cantos do planeta, a pretexto de defender a democracia, a liberdade e os direitos humanos, principalmente o direito de propriedade. Aquela foi a era do alinhamento automático de todos os conservadores do mundo, capitaneados pelos norte-americanos, elevando à instauração de ditaduras militares em quase todo o chamado Terceiro Mundo.

Rei morto, rei posto. No mesmo ano em que os berlineses puseram abaixo o muro de Berlim, um pesquisador da Rand Corporation e assessor do governo norte-americano de Ronald Reagan propôs uma nova ideologia para o mundo "novo" que surgia. Naquele ano, Francis Fukuyama fez sucesso na imprensa ao anunciar o fim da história num artigo que se tornou notável como peça publicitária, assegurando o predomínio definitivo da ordem liberal capitalista e o início de uma tediosa era onde a história, realizada através da ordem burguesa, já não contaria, a não ser como o esforço de extensão deste "paraíso" finalmente alcançado a todos os povos. Mais tarde, em 1991, Fukuyama desovou o prometido livro onde desenvolveu sua tese - *O fim da história e o último homem* - recém lançado no Brasil. Quando saiu na Europa e nos Estados Unidos, o livro não foi bem recebido. *The Economist*, a prestigiosa revista da burguesia mundial, tratou-o a pedradas. "Muito da fama de Francis Fukuyama", disse seu resenhista, "baseia-se num equívoco". O *último homem* do título é uma frase emprestada de Nietzsche, "como tantas das melhores frases de Fukuyama", escreveu a revista. O livro baseia-se na idéia (tomada de empréstimo a Platão) de que os homens são movidos pela busca de reconhecimento pelos outros homens. Porém, no reino da liberdade conquistada sob o manto da democracia liberal burguesa e das leis de mercado, a completa implantação da democracia igualaria esse reconhecimento entre os homens, criando uma situação muito insatisfatória para a *natureza humana*, cujo traço essencial seria - diz Fukuyama, inspirado em Nietzsche - o desejo de domínio, de poder. Onde todos são iguais, o poder não tem fundamento, não pode ser exercido!

Trata-se de uma salada filosófica cuja natureza ideológica é transparente. A idéia de busca do reconhecimento explicaria melhor, para ele, a alma humana, e seria o verdadeiro motor da dinâmica histórica. Juntar tudo isso com um Hegel bebido a partir dos comentários de Alexandre Kojève (que introduziu o conceito de fim da história como coroamento do desenvolvimento do homem, sendo pouco fiel a Hegel já que, em alemão, a palavra que indica término também significa propósito, intenção), pois bem, juntar isso a Nietzsche é um arremedo ilegítimo.

Juntar Hegel, um filósofo progressista, com Nietzsche, o guru dos reacionários, demonstra - mais uma vez - que o destino dos

liberais é a crença numa natureza humana ahistórica, alheia à experiência prático-concreta dos homens. O defeito do triunfo da democracia, para Fukuyama, consiste no fato de que ela não conseguirá satisfazer aquele desejo inato de domínio. Não dá, efetivamente, para combinar Hegel, um otimista que esperava a conquista pelo homem de horizontes sempre mais amplos, com Nietzsche, um pessimista empedernido, para quem o homem é uma doença da natureza!

Muito criticado por intelectuais democráticos, socialistas, marxistas e mesmo por alguns conservadores - Fukuyama fulgura, contudo, entre aqueles que, pouco se importando seja com o rigor conceitual, seja com o compromisso à verdade, identificaram rapidamente em suas idéias a teoria que explica o mundo "novo" nascido depois de 1989. Mundo onde já não existiriam inimigos ideológicos, a não ser alguns *dinossauros* marxistas-leninistas latino-americanos, tiranos árabes, fundamentalistas islâmicos, nacionalistas europeus - todos fadados ao fracasso final.

Evidentemente, esta é uma leitura superficial de seus escritos, daquilo que ele diz explicitamente. Num conto, o argentino Jorge Luiz Borges diz que antigamente os homens e suas imagens podiam passar livremente através dos espelhos. Um dia, as imagens se rebelaram, foram derrotadas e presas nos espelhos; quem prestar atenção, diz Borges, ainda pode ouvir os ruídos de seus esforços para se libertarem. Pois bem, neste espelho do mundo moderno que é o pensamento de Fukuyama, há uma imagem aprisionada, a da teoria revolucionária para a transformação do mundo, e nosso autor mal pode disfarçar que seu principal adversário, como notou o professor José Artur Gianotti, é o marxismo.

As ilusões ideológicas que essas teses difundem não eliminam o fato de que é a luta de classes, e não a busca de reconhecimento, que continua movendo a história. É a luta dos povos que ainda embarça o livre movimento do imperialismo num mundo onde, contrariamente ao que pensa Fukuyama, há um fosso nítido e profundo separando os países ricos e países pobres, explorados pelas nações industrializadas. Nem é, também, de Hegel, ou de Marx a sombra que paira sobre os neo-nazistas alemães e sua fúria racista, mas sim o vulto do super-homem de Nietzsche. E, na senda indicada por Fukuyama, caminham não a democracia, a liberdade e a igualdade entre os homens e os povos, mas sim os capitais, os investimentos, os soldados e as armas para defender a propriedade privada. Fukuyama traiu essas intenções veladas quando defendeu, numa conferência no Rio de Janeiro, a formação de uma força militar internacional com base na estrutura da OTAN, para servir de polícia do mundo, formada apenas pelos países ricos. Para quê? ele não responde diretamente, mas podemos ter uma idéia quando descreve *seu* mundo futuro, sem "barreiras que dificultam a circulação do capital e dos investimentos".



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois